

ENTRETENDO A DEMOCRACIA NA ERA DO NEOLIBERALISMO

Copyright © 2016
SBPjor / Associação
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

JAMES CURRAN

University of London, Reino Unido

APRESENTAÇÃO - O artigo de James Curran, "Entretendo a Democracia na era do neoliberalismo", é um ensaio produzido a partir da Conferência que o autor ministrou na abertura do 13º Encontro da SBPjor, em 2015 em Campo Grande. Pronto para publicação na BJR desde o final de 2015 optamos por publicá-lo na edição especial Jornalismo e Democracia por tratar exatamente do tema. Neste artigo, Curran inicia situando a questão da democracia nos tempos atuais a partir da constatação do declínio do estado-nação e da tentativa do surgimento de instâncias trans-nacionais de deliberação do que chama de "governança em múltiplos níveis" que, no entanto, "não é acompanhado pelo desenvolvimento de um sentimento de cidadania em múltiplos níveis". Premonitivamente ao Brexit, o autor exemplificava apontando, por exemplo, para o fato dos ingleses não se pensarem como europeus, apesar da União Européia. E atrelava esta percepção "nacionalista", não apenas dos britânicos, mas das populações dos países em geral, em um mundo atravessado e dominado pelas cooperações transnacionais, à presença e constância das mídias nacionais, "que dão suporte a uma identidade nacional", vaticinando: "tentativas de nova construção institucional estão fora de compasso com o desenvolvimento de mídia". Em sua análise aponta para vários problemas que minam a democracia moderna, como "a crescente centralização do poder por parte dos líderes políticos", e a "natureza cada vez mais não representativa da classe política, tornando-a em alguns países quase uma "casta distinta"". Ler o texto de Curran nos faz pensar na situação brasileira, o que acentua sua oportunidade. O quadro indicado pelo autor, em um primeiro momento, é pessimista e coloca fora de nossas fronteiras sentidos que temos mobilizado: "Os governos estão menos capazes de governar; o poder político está se tornando mais centralizado; e a influência das grandes empresas não eleitas está se tornando maior" e a mídia acentua essa percepção do contribuir com a construção de um "sentimento de alienação crescente do processo político" e para "um crescente sentido de desconexão da política", apresentando a política como um universo linear e dominado por homens da elite. Analisando mais à frente a contraposição das possibilidades abertas com a Internet, bem como a relação entre a construção das notícias em sistemas públicos, Curran resume sua argumentação, apresentando um quadro um pouco mais positivo: "a democracia liberal está em decadência, e os meios de comunicação estão envolvidos na sua queda. O surgimento da Internet oferece algum alívio, assim como um experimento político duradouro – o serviço público de difusão". Novamente, não há como não comparar sua perspectiva com o que acontece hoje no Brasil, quando lutamos pela possibilidade de construção de um sistema público efetivo e autônomo. Por fim, ampliando sua linha de análise, Curran situa a importância de começarmos a pensar a política a partir de novos ambientes, especificamente a relação entre a construção da política e os conteúdos midiáticos de entretenimento. Aqui, mais uma vez, podemos traçar similaridades com o caso brasileiro. Com um adendo: esta compreensão já é comum entre nossos pesquisadores, como o comprovam os inúmeros espaços de pesquisa que trabalham esta correlação. Mas, após traçar uma série de inferências sobre materiais distintos, a conclusão do autor é direta e certa: "Uma democracia saudável precisa ter boa informação tanto quanto entretenimento".

* Por Cláudia Lago, diretora da BJR.

Durante o século XX, houve um declínio do Estado-nação¹. O crescimento dos mercados financeiros internacionais, não-regulados, e das corporações transnacionais capazes de realocar a produção com relativa facilidade para outros países reduziu a capacidade dos governos nacionais de gerenciarem suas economias domésticas. Os governos nacionais também foram sujeitos à crescente pressão econômica global para adotar políticas favoráveis ao mercado (como a redução de impostos corporativos), independentemente da vontade de seus eleitorados. Os governos das nações ainda são importantes em uma vasta área da vida cotidiana (como nas respostas ao colapso econômico de 2008). Porém, o poder do governo nacional diminuiu como consequência da globalização desregulamentada. E isso significou que o poder dos eleitorados nacionais também declinou.

A principal mudança ocorreu nos anos 70 e 80 do século passado, quando grande parte do sistema de Bretton Woods de taxas de câmbio fixas e controles sobre o fluxo de capital entre países foi desmontado. Isso deixou os governos mais vulneráveis ao aumento súbito do fluxo de saída de fluxos de capital, levando à desvalorização da moeda, a aumentos das taxas de juros e ao desemprego, assim como maiores custos de financiamento do governo. Os governos nacionais em economias desenvolvidas verificaram que eles estavam cada vez mais em uma posição semelhante aos governos de países em desenvolvimento: já não eram mais donos do seu próprio destino.

O sistema democrático está se ajustando a esse declínio do estado nacional. Além de governo nacional e local, dois novos níveis foram criados. A primeira camada adicional são estruturas continental ou subcontinentais, como a União Europeia (onde a soberania nacional é parcialmente agrupada), e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), que facilita uma resposta coletiva ao poder político, econômico e às questões ambientais na região. O segundo nível são as agências globais, das quais as três mais importantes são as Nações Unidas (com numerosas organizações auxiliares), Tribunal Internacional de Justiça e o Fundo Monetário Internacional. Houve também um crescimento no número de fóruns quase globais, como as cúpulas de países do G20, concebidas para apoiar iniciativas e acordos intergovernamentais. A esperança por detrás de todos esses desenvolvimentos é que eles vão ajudar na extensão do controle público em domínios como alterações climáticas e mercado global, em que governos agindo isoladamente têm poder limitado, além de

desenvolver um sistema de regulamentação para questões como direitos humanos, que refletem as “normas globais”.

Porém esse projeto de reforço do poder público em um mundo globalizado está ainda em construção. Existem problemas persistentes de eficácia e responsabilidade. Mais fundamentalmente, o desenvolvimento de uma “governança em múltiplos níveis”, como foi descrito logo acima, não é acompanhado do desenvolvimento de um sentimento de cidadania em múltiplos níveis. Assim, o povo britânico tende a não pensar de si mesmos como europeus, menos ainda como cidadãos mundiais. Isso ocorre em parte porque consomem principalmente os meios de comunicação nacionais, que dão suporte a uma identidade nacional. Tentativas de nova construção institucional estão fora de compasso com o desenvolvimento da mídia.

O segundo problema que a democracia enfrenta é o crescente poder do dinheiro. Isso é sustentado através de organizações que exercem pressão (normalmente empregando ex-funcionários públicos e políticos experientes) por meio de grupos de reflexão e com o apoio de grandes corporações, que têm tanto acesso ao governo quanto credibilidade da mídia; e, acima de tudo, através de contribuições de campanha.

A distorção plutocrática da democracia é exemplificada pelos Estados Unidos, onde não há uma contenção eficaz das despesas de campanha e de propaganda política. Sem financiamento corporativo, há poucas chances de alguém ser eleito para o Congresso e nenhuma chance de concorrer com sucesso à Presidência. As despesas de campanha continuam a crescer nos EUA, com as eleições presidenciais de 2012 tendo sido a mais cara registrada. Como antes, a publicidade televisiva representou a maior fatia das despesas da campanha: Obama gastou 580 milhões de dólares em publicidade, em 2012, enquanto Romney gastou 470 milhões de dólares (CURRAN, FENTON & FREEDMAN, 2016).

O terceiro problema que aflige a democracia é a crescente centralização do poder nos líderes políticos, apoiados por agências relações públicas e de marketing eleitoral modernas; e a natureza cada vez mais não representativas da classe política, tornando-os, em alguns países, quase uma “casta distinta”.

Em resumo, existem três males que atormentam a democracia contemporânea. Os governos estão menos capazes de governar; o poder político está se tornando mais centralizado; e a influência das grandes empresas não eleitas está se tornando maior².

Elas estão contribuindo para um sentimento de alienação crescente do processo político. Assim, em um estudo com onze nações que conduzi com colegas, em 2010, 35% dos participantes concordaram ou concordaram fortemente com a declaração de que “não importa em quem as pessoas votam, não fará diferença no que vai acontecer” (CURRAN et al., 2014).

A pesquisa revelou diferenças significativas entre as nações, um lembrete de que generalizações precisam levar em consideração importantes variações nacionais. Porém, em geral, é difícil escapar da conclusão de que a democracia liberal está em um estado de degradação.

Cumplicidade da mídia

Os meios de comunicação são parte do problema. Uma tentativa de corrigir o enfraquecimento da capacidade do governo nacional de gerir economias efetivada pela construção de níveis transnacionais de governança obteve o apoio cultural limitado dos meios de comunicação. A mídia dominante ainda é a televisão (NEWMAN & LEVY, 2014). Inúmeros estudos mostram que, na maioria dos países, cerca de 75% das notícias de televisão estão centradas em eventos internos (AALBERG et al., 2013; COHEN, 2013). As notícias da TV destacam principalmente culturas nacionais e impedem o desenvolvimento de uma consciência pan-nacional necessária para sustentar uma extensão efetiva de uma governança nesse nível.

A crescente presidencialização da política em democracias parlamentares é também muitas vezes instigada pelos meios de comunicação. Em sua essência, é baseado em políticos experientes concentrando o poder nas mãos e usando a mídia para abordar diretamente a nação, enquanto ignora colegas e aparatos partidários. Os meios de comunicação são fundamentais para este processo, mesmo que critiquem frequentemente seu abuso.

A crescente influência do dinheiro sobre a política tem amplo suporte da mídia. Em vários países (incluindo o meu), a maioria dos principais grupos de mídia, e em consonância com os interesses de seus ricos acionistas, apoiam políticos que defende o Estado mínimo, os baixos impostos. Isto pode fazer com que esses grupos de mídia passem de uma coalizão virtual para governos neoliberais, e também ataquem incansavelmente governos e partidos da esquerda que desafiem a hegemonia corporativa.

Os meios de comunicação também contribuem em alguns momentos para um crescente sentido de desconexão da política. A crítica padrão é que, no esforço de promover o entretenimento, a mídia apresenta eleições não como consultas democráticas, mas como corridas de cavalo; e que ela tende a se concentrar sobre as personalidades e os processos da política em vez do conteúdo (ESSER & STROMBACK, 2014).

Talvez mais importante, o mundo da política projetado pelos meios de comunicação pode ser desmotivador. Em um estudo comparativo feito em nove países, verificamos que as mulheres representaram apenas 34% das pessoas entrevistadas ou citadas nos noticiários de TV. Também descobrimos que os porta-vozes do estado e os especialistas representaram 60% das pessoas entrevistadas ou citadas em notícias de assuntos públicos na TV (TIFFEN et al., 2014). A política é assim apresentada como sendo um universo dominado por homens da elite. Sendo justo, os meios de comunicação relatam, muitas vezes, o que realmente acontece.

Empoderamento da internet?

Portanto, a democracia liberal está em decadência, e os meios de comunicação estão, em algum grau, envolvidos nesse processo. A Internet está contribuindo para mudar esse cenário? A resposta dada por alguns analistas é um retumbante sim.

Acredita-se que a Internet vá instalar uma nova forma de democracia participativa. “Não vai demorar”, proclamou o guru de estudos culturais, Lawrence Grossman (2015), “no momento em que muitos americanos sentado em casa ou no trabalho forem capazes de usar os terminais de computador, microprocessadores e teclados informatizados para apertar botões e que vão dizer a seu governo o que deve ser feito sobre qualquer questão importante do estado”. Também nos foi dito que a Internet está minando o controle da política pela elite, porque, de acordo com Mark Cartaz (2001), ela está “capacitando grupos anteriormente excluídos”. Alega-se que o “*crowdsourcing*” vai deslocar o financiamento corporativo, colocando um fim ao domínio do dinheiro sobre a política. A Internet também vai gerar, segundo Mallery (citando SCHWARZ, 1994), “um retorno ao básico, um diálogo jefersoniano entre os cidadãos”. Isto porque, nas palavras de Filipe Elmer-Dewitt (1994), “qualquer pessoa com um

computador e um modem pode ser seu próprio repórter, editor e dono do jornal – difundindo notícias e percepções a milhões de leitores ao redor do mundo”. Em resumo, o empoderamento do cidadão comum pela Internet vai rejuvenescer a democracia.

Nesse caso, a chamada e-democracia, a democracia eletrônica, adotou a modesta forma de convidar o público a comentar, pedir ou, até mesmo, responder on-line a um site oficial. A prova cumulativa sugere que este diálogo on-line com o governo tem, em geral, três limitações. As considerações dos cidadãos são muitas vezes desconectadas de estruturas reais de tomada de decisão. Os cidadãos não estão dispostos a participar dessas consultas em parte pelo mesmo motivo: assim, 10% ou menos das pessoas relatam participar de consultas on-line ou votar em países da União Europeia (CURRAN, FENTON & FREEDMAN, 2016). Às vezes, “e-democracia” significa que não há mais que uma comunicação parcial, na qual o governo fornece informações sobre serviços e promove o seu uso. Em resumo, a consulta on-line acrescenta algo para o funcionamento da democracia sem fazer uma grande diferença.

O *crowdsourcing* não transforma a política. Embora Obama tenha se provado um adepto do uso da Internet para aumentar as contribuições dos cidadãos comuns, ele apenas fez uso de uma fonte complementar de receitas, em vez de usá-la para substituir o financiamento corporativo. De fato, nas vésperas de eleições presidenciais de 2012, Obama arrecadou substancialmente mais de grandes corporações e indivíduos ricos do que de pequenas doações individuais.

A frequente alegação de que a Internet substituiu a comunicação de cima para baixo pela comunicação horizontal entre os cidadãos também parece exagerada. Um recente estudo comparativo, realizado pela Nielsen e Schroder, verificou que apenas entre um e cinco por cento dos usuários on-line produzem um blog, taxa que varia de acordo com o país (2014, p. 484). Mesmo nos Estados Unidos, país com a maior proporção de blogueiros no estudo, apenas uma minoria está interessada na política de blogs. Doze por cento dos americanos leem regularmente blogs sobre política e assuntos da atualidade, com mais 21% dizendo que os leem esporadicamente (KOHUT ET al., 2012). O Twitter é dominado por celebridades e figuras públicas em vez de cidadãos comuns. De um modo mais geral, na UE, menos de 20% das pessoas relatam a publicação de opiniões sobre questões de política ou cívicas em sites (SEYBERT & REINECKE, 2013).

Sites de notícias independentes causaram um impacto limitado porque as organizações de mídia têm muito mais recursos. Esses oligopólios estabelecidos no passado respondem pela grande maioria dos sites de notícias mais visitados em todo o mundo. No caso dos EUA e do Reino Unido, eles respondem por oito entre dez notícias. Existem alguns avanços espetaculares dos sites independentes, mas ocorrem principalmente em países como a Coreia do Sul e Malásia. Nesses locais aconteceram mobilizações populares contra a ordem estabelecida, e o sucesso desses eventos tem sido muitas vezes de curta duração. A investigação sugere que os agregadores de conteúdo, como o Google, estenderam o domínio da mídia tradicional e das fontes institucionais em que eles confiam, dando-lhes o destaque de primeira página em suas listagens (Cf. REDDEN & WITSCHGE, 2010).

No entanto, uma parte da tese de que haveria um rejuvenescimento democrático se sustenta. A Internet aumentou consideravelmente a eficácia de ativistas. Na Primavera Árabe, a Internet e as mídias sociais ajudaram os insurgentes a divulgar sua causa, mobilizaram as pessoas nas ruas, permitiram a difusão de imagens poderosas do que estava acontecendo em terra pela TV por satélite da Al-Jazeera, que transmite para toda a região, e ganharam ajuda externa prática para fugir da censura. Este é apenas o exemplo mais conhecido de oposição feito com o suporte da Internet. Muitos outros exemplos poderiam ser citados, como campanhas para a justiça global, contra o projeto de Acordo Multilateral sobre Investimentos, ataque de policiais a população negra desarmada nos EUA, exploração de recursos pela Nike dos trabalhadores na Ásia, estupro grupal na Índia, e assim por diante.

Vale a pena mencionar, de passagem, um exemplo menos significativo mas que ilustra a maneira como a Internet pode mobilizar o poder do consumidor. Um DJ britânico, trabalhando em tempo parcial decidiu, junto com os seus amigos, lançar um protesto contra a manipulação comercial da música pop. Eles escolheram como alvo o vencedor do show de talentos da TV, *X Factor*, do Reino Unido, que é geralmente o líder das paradas musicais do Natal. Por meio do Facebook e do Twitter, lançaram uma contra-campanha em favor do grupo, Rage Against de Machine, selecionando-o como a trilha escolhida para o Natal e que incluía o trecho: “Fuck you, I won’t do what you tell me” (em tradução livre, “Foda-se, eu não faço o que você manda”). A campanha decolou, garantindo o apoio de celebridades e extensa publicidade na mídia. A trilha de protesto garantiu o primei-

ro lugar nas paradas de Natal, em 2009, em uma expressão coletiva de ressentimento contra o controle comercial (CURRAN, FENTON & FREEDMAN, 2016).

Porém, agora, é necessário introduzir três questões-chave para entender a ideia de que a Internet deu poderes o povo. O primeiro ponto fundamental é que a nova tecnologia por si só não deu origem à discordância. As insurgências da Primavera Árabe ocorreram em seis países, principalmente em decorrência do descontentamento nesses países, e não porque foram decididas pela nova tecnologia. Isso é confirmado pelo fato que dentre os seis países “rebeldes”, apenas Bahrain estava de fato no topo da classificação dos países do Oriente Médio e Norte de África em termos de penetração de usuários do Facebook ou pelo uso da Internet. O que grande parte dos países rebeldes tinham em comum era que *não* faziam parte da vanguarda tecnológica da informação e da comunicação na região árabe. Portanto, para tomar um exemplo específico, em 2010, 24% dos egípcios eram usuários de Internet, comparado com 41% de marroquinos, 44% da Arábia Saudita e 69% das pessoas que vivem nos Emirados Árabes Unidos. No entanto, esses países com taxas de penetração da Internet maiores não se revoltaram contra seus ditadores (CURRAN, FENTON & FREEDMAN, 2016).

A segunda questão é que o contexto social mais amplo pode limitar o impacto da Internet. Assim, a pobreza tende a tirar esse poder, reduzindo a participação política e eleitoral dentro os grupos de baixa renda. Essa redução da capacidade de participação política pode ser transposta para o mundo on-line.

Assim, Di Genarro e Dutton (2006) verificaram que, na Grã-Bretanha, o comportamento politicamente ativo tende a ser observado em grupos socioeconômicos de mais nível, na população mais velha e com maior índice de educação. Os autores descobriram também que dentre aqueles empenhados na participação política via Internet se encontravam as pessoas mais educação e mais ricas, embora fossem, frequentemente, mais jovens. Da mesma forma, Oser et al (2008, p. 99) concluíram que “os mais favorecidos eram mais ativos em termos de participação on-line e off-line” na eleição de 2008 nos EUA. Da mesma maneira, na eleição seguinte, de 2012, Smith (2013) verificou que a participação on-line, como a off-line, foi dominada por aqueles com mais educação e mais ricos. A mesma conclusão foi alcançada em inúmeros outros estudos (Cf. JURIS, 2012).

A terceira qualificação é que o ativismo político da Internet

não é algo que se limita a um protesto de baixo para cima. Os governos, como na China, mobilizaram voluntários para promover a linha oficial; e as corporações têm financiado movimentos, alega-se, que são mais baseadas em alto nível do que nas bases, porém com uma forte presença on-line.

Nova política?

Uma segunda alegação feita em relação à Internet é que, por ser um meio global, ela promoveria a compreensão global e um maior cosmopolitismo.

A “internet”, declarou Vern Ehlers (1995), “vai criar uma comunidade de cidadãos do mundo informados, em interação e tolerantes”. “As pessoas vão se comunicar mais livremente e aprender mais sobre as aspirações dos seres humanos em outras partes do globo” através da Internet, considera Frances Cairncross (1997), acadêmico em Oxford, e “o efeito será o de aumentar a compreensão, fomentar a tolerância e finalmente promover a paz em todo o mundo”.

Alguns teóricos políticos críticos argumentam igualmente que o alcance global e a interatividade da rede compensam a centralidade que a nação adquire nas mídias tradicionais. “Redes de Internet descentralizadas”, nesta visão, estão criando uma esfera pública internacional de diálogo e debate. Esta, dizem-nos, é um trampolim para a construção de uma nova ordem social progressiva em um mundo pós-vestefaliano (FRASER, 2007).

O principal problema dessa teorização é que ela avalia o impacto da Internet baseando-se na tecnologia de Internet. O que essa abordagem não consegue entender é que o potencial da Internet de mediar a compreensão internacional através de um diálogo global está restrito de várias maneiras pelo contexto mais amplo da sociedade em que a Internet funciona.

Em primeiro lugar, o mundo é muito desigual e isso resulta em desigualdade de acesso ao mecanismo de compreensão global que a Internet supostamente representa. Em 2014, 87% dos norte-americanos, 72% das pessoas na Oceania/Austrália e 70% daqueles na Europa – as três regiões mais ricas do mundo – são usuários da Internet, comparado com 27,5% da população na região mais pobre, a África (INTERNET WORLD STATS – IWS, 2015a). Esta disparidade de acesso é ainda mais acentuada quando são comparados países ricos

e pobres. Nas ricas e igualitárias da Noruega e Suécia, 95% da população utiliza a Internet, comparados com 15% da população do Paquistão e 6% no empobrecido Afeganistão (IWS, 2015b). Em resumo, a Internet não está unindo o mundo: está, principalmente, colocando os ricos em comunhão uns com os outros.

Em segundo lugar, o mundo está dividido por idioma. A maioria das pessoas fala apenas uma língua e não consegue entender os estrangeiros quando falam em sua própria língua. O papel da Internet na aproximação das pessoas é, assim, seriamente prejudicado pela incompreensão mútua.

Terceiro, o idioma é um meio de poder. Aqueles que se comunicam on-line em inglês podem alcançar, em termos relativos, um público substancial. Em contraste, aqueles conversando em árabe comunicam-se com 5% os usuários de Internet capazes de compreender essa língua (IWS, 2015c). E aqueles que falam Marati não atingem praticamente ninguém fora da sua órbita imediata. Ser ouvido na Internet depende do idioma falado.

Quarto, as pessoas têm diferentes graus de capital cultural para tirar proveito das potencialidades abertas pela internet. Alguns são eloquentes, falam vários idiomas, podem se utilizar do conhecimento relevante e têm horas de trabalho flexíveis, enquanto outros não possuem esses ativos. Isto também influencia quem consegue ser ouvido.

Quinto, o mundo está dividido por conflitos de valor, crença e interesse. Isso é exemplificado pelo uso qualificado na utilização da Internet pela Isis, uma organização fanática, violenta e repressiva, com uma política punitiva para aqueles que considera como muçulmanos hereges e apóstatas. Mas embora a atenção indignada fique centrada na militância islâmica, vale a pena notar que o Ocidente também tem uma tradição de ódio on-line. Assim, grupos cristãos ocidentais aparecem na lista Raymond Franklin de sites incitadores de ódio, que tem mais de 170 páginas (PERRY & OLSSON, 2009).

Sexto, culturas nacionalistas estão fortemente integradas na maioria das sociedades e isso limita o internacionalismo da web apesar de seu alcance global. De fato, dos principais sites noticiosos de nove países, em 2010, apenas 23% do seu conteúdo exclusivo era dedicado a notícias internacionais, uma proporção que não foi muito maior do que os seus rivais na imprensa e na televisão (CURRAN et al., 2013).

Sétimo, governos autoritários desenvolveram formas de censurar a rede, através de filtros de software, licenciamento de prove-

dores de serviços de Internet e intimidação de dissidentes. Em muitas partes do mundo muitas pessoas não podem, sem medo, interagir e dizer o que querem on-line.

Em resumo, a ideia de que o ciberespaço é livre e aberto, um espaço onde as pessoas de diferentes origens e nações podem comungar uns com os outros e construir um mundo mais tolerante e deliberativo não tem em conta vários aspectos. O mundo é desigual e mutuamente incompreendido (em um sentido literal); é despedaçado por valores e interesses conflitantes; está subdividido por culturas nacionais profundamente incorporadas (e outros nós de identidade como religião e etnia); e alguns países são governados por regimes autoritários. Esses diferentes aspectos do mundo real penetram no ciberespaço, produzindo um Torre de Babel em ruínas, com vários idiomas, sites de ódio, discursos nacionalistas, discursos censurados e excesso de representação de privilegiados.

Ainda assim, existem forças de um tipo diferente gerando maior cosmopolitismo. Viagens baratas, turismo de massa, maior migração, integração do mercado global e a globalização do entretenimento incentivam um maior senso de conexão transnacional. Alguns desses avanços encontram apoio na Internet. O YouTube apresenta experiências partilhadas, gostos, música e humor de todo o mundo, que promove uma sensação de “unidade” reveladora, por exemplo, a comédia “stand-up” em chinês pode ser muito engraçada³.

A Internet também facilita a rápida distribuição global de imagens que reforçam um sentimento de solidariedade para com grupos ameaçados, quer sejam vítimas do terremoto ou manifestantes enfrentando repressão em terras distantes. A Internet tem o potencial de ajudar a construção de um mundo mais coeso, com mais compreensão e mais justo. Mas o princípio norteador da mudança virá da sociedade, e não de um teclado ou *touchpad*.

Organização diferente

Se a Internet vem apenas parcialmente ao socorro da democracia, talvez a intervenção pública no mercado de mídia tenha potencial para apoiar esse tipo de regime. O exemplo mais relevante disso é a televisão pública e o aumento da regulação das transmissões comerciais – as duas versões do serviço público de difusão (em inglês *Public Broadcasting System* - PSB).

Um estudo investigou o impacto do serviço público de difusão comparando quatro países: os EUA, onde a difusão comercial não-regulamentada é esmagadoramente dominante e onde a difusão de serviço público responde por menos de 2% do tempo de visualização; o “caso intermediário” do Reino Unido, onde a difusão pública é forte, mas onde a TV comercial é amplamente não-regulamentada; e os dois países nórdicos, Finlândia e Dinamarca, onde a difusão pública é forte e onde os principais canais da TV comercial são amplamente regulamentados.

Descobriu-se que estes sistemas diferentes produzem diferentes tipos de notícias. As notícias de TV finlandesa e dinamarquesa transmitem mais *hard news* e a maioria das notícias internacionais: os EUA, o mínimo, e o Reino Unido, intermediário.

As diferenças na transmissão de notícias contribuíram para diferentes níveis de conhecimento. Os finlandeses e dinamarqueses sabiam mais sobre assuntos públicos e notícias internacionais; os Americanos eram os que sabiam menos; e os britânicos ficaram no meio.

Houve diferenças também com relação ao tempo dedicado às notícias. Os principais canais dos EUA transmitiram as notícias com tempo menos significativo do que os canais nórdicos e, em um grau menor, o Reino Unido. Como consequência, as notícias de TV nos EUA pegaram menos espectadores inadvertidamente, contribuindo para uma maior lacuna de conhecimento entre os mais e menos favorecidos comparados com os países europeus (CURRAN ET AL., 2008).

Um estudo semelhante foi conduzido em 2008-2009 durante a crise financeira, desta vez comparando os EUA com cinco países europeus. A TV dos EUA, neste contexto, reportou menos *hard news*, especialmente em relação à economia, e os cidadãos dos EUA mostraram estar relativamente bem informados sobre assuntos econômicos. Mas, novamente, os EUA relataram muito menos notícias internacionais do que os países europeus. E, mais uma vez, os estadunidenses sabiam menos sobre assuntos internacionais.

Desta vez, também nos concentramos nas diferenças entre a televisão pública e a televisão comercial com regulação pública no mesmo país. Encontramos um padrão consistente em que os canais públicos relataram mais notícias de assuntos públicos do que os canais privados e, depois do controle de outras influências, o público das TV estatais estavam mais bem informados sobre os assuntos públicos que o público das TV privadas (CURRAN ET AL., 2012; AALBERG & CURRAN, 2012).

Um terceiro estudo, desta vez com base em onze países ao redor do mundo, novamente verificou que o serviço público de difusão promoveu maior conhecimento de assuntos públicos (SOROKA, 2013). O consumo de notícias do PSB, em particular, aparentemente deu origem a uma dinâmica de reforço mútuo do conhecimento político, do interesse político e do sentido de eficácia política (CURRAN ET AL., 2014).

Em resumo, existe um acúmulo de provas que sustentem a conclusão de que o serviço público de difusão suporta uma cultura da democracia.

Democracia e entretenimento

Para resumir meus argumentos, até agora, a democracia liberal está em decadência, e os meios de comunicação estão envolvidos em seu declínio. O surgimento da Internet oferece algum alívio, assim como um experimento político duradouro – o serviço público de difusão. No entanto, as soluções a longo prazo implicam a criação de instituições internacionais e ação política coletiva que está fora do meu foco de preocupação.

Até agora, esta análise concentrou-se estritamente no jornalismo e na política. Isto é consistente com estudos jornalísticos tradicionais e de comunicação política. No entanto, essa tradição tem um ponto cego. A maior parte do conteúdo que as pessoas consomem na maior parte do tempo é de entretenimento. Temos a tendência a excluir este conteúdo de nossa análise porque ele não trata claramente de política. Porém um momento de reflexão indica que essa quantidade de entretenimento fornece alguma consideração sobre o processo político.

Em primeiro lugar, o entretenimento popular como novelas de TV oferece imagens da sociedade e das suas partes componentes, ajudando-nos a visualizar na sua totalidade de uma maneira que vá além de qualquer coisa que possa ser vivenciado inicialmente. Ele também nos ajuda a interpretar a sociedade em termos da base da ação humana e a dinâmica do poder moldando a nossa vida. Ao influenciar as cognições da sociedade, o entretenimento contribui com o processo político.

Segundo, o entretenimento alimenta o processo democrático contribuindo para a formação, manutenção e (às vezes) reforma da identidade social. O consumo de música popular, por exemplo, é um importante marcador de associação de grupo entre os jovens, em um momento seminal na sua auto-definição. De um modo mais geral o

consumo de mídia, dos “reality shows” da TV a filmes sociais realistas, influencia a compreensão das pessoas sobre quem elas são, onde se encaixam na sociedade, com quem se identificam e o que os ameaça. Isso importa, pois a identidade social é um recurso significativo da política contemporânea, influenciando a forma como as pessoas votam.

Terceiro, o entretenimento fornece uma maneira de se envolver em um debate sobre os valores sociais. Assim, a telenovela passada em um hospital pela TV do Reino Unido, *Casualty*, celebra os valores do coletivismo e do serviço público, enquanto a série de TV estadunidense, *Random 1*, valoriza a auto-confiança suportada pela caridade privada. Em um público implicitamente receptivo a escolher entre valores concorrentes, o entretenimento contribui com o processo político no qual os conflitos de valor desempenham um papel significativo.

A quarta forma na qual o entretenimento interfere na vida pública é por meio da contribuição com um diálogo sobre normas sociais. Estas são as regras, convenções e expectativas que norteiam o comportamento individual e a interação social da sociedade. Normas sociais geram entendimentos comuns sobre quais ações são adequadas e inadequadas. Eles são, assim, parte da forma como governamos informalmente nossos processos sociais comuns. Alterações em normas sociais, como em relação ao comportamento sexual, podem também dar origem naturalmente a mudanças na legislação.

Assim, *Sex and the City* oferece um debate contínuo sobre o que é ser uma mulher contemporânea, com quatro amigas cada uma assumindo posições diferentes. Assim um episódio tem o tradicionalista, Charlotte, dizendo que ela pensava em deixar seu trabalho quando se casasse, e obtendo a desaprovação das amigas⁴. No entanto, Charlotte estava expressando algo que era, outrora, uma norma social amplamente compartilhada e aplicada. Mesmo nos anos 1930, havia uma proibição de casamento na Grã-Bretanha para quem trabalhasse em áreas como ensino e biblioteconomia. As mulheres tinham que se demitir quando se casassem. Isto ilustra a forma como o entretenimento permite que normas sociais sejam debatidos, revistos e sua revisão reafirmada.

Em resumo, o entretenimento de mídia fornece uma maneira de explorar e afirmar as identidades sociais, e de debater os valores sociais e as normas sociais, oferecendo entendimentos da sociedade. Embora pareça não ter nenhuma relação com política, o entretenimento pode, dessas diferentes maneiras, contribuir com o processo político⁵.

Implicações

Uma implicação óbvia disso é que o estudo da comunicação política deve prestar mais atenção à análise de entretenimento e dos seus efeitos. Isto é o que os historiadores das transformações políticas e sociais têm feito há uma geração.

Uma reorientação levanta igualmente questões de ordem normativa. É fácil ver como a revalorização do entretenimento pode ser incorporada em uma perspectiva de escolha racional. Esta tradição alega que faz sentido para as pessoas delegar a política às organizações intermediárias, da mesma maneira que as pessoas chamam um encanador para consertar o encanamento. Isso também reconhece, na sua opinião, a realidade da política pragmática. Em um comentário atribuído a John Zaller, afirma-se que é mais provável que um indivíduo seja atropelado por um carro ao cruzar uma avenida do que influenciar qualquer política pública. Faz mais sentido, argumenta-se, gastar um tempo precioso nas coisas que realmente importam, como a família, em vez de se tornar um viciado em notícias (SCHUDSON, 1998). De fato, os cidadãos têm atalhos cognitivos – por exemplo, tomar uma decisão após uma sugestão feita pelo partido político de preferência – que permitam um julgamento democrático sem acumular o conhecimento detalhado dos assuntos públicos (ZALLER, 1992). Com relação a este arsenal de argumentos, também pode ser alegado que as pessoas podem entrar em debate democrático através do entretenimento agradável.

No entanto, a abordagem de escolha racional foi desafiada convincentemente pela investigação empírica. Em particular, o estudo clássico de Delli Carpini e Keeter demonstra que, nos Estados Unidos, os cidadãos informados são mais susceptíveis a ter atitudes estáveis e significativas em relação a problemas, alinhar suas atitudes a seus interesses, participar da política e votar por representantes políticos consistentes com suas atitudes do que cidadãos mal-informados (DELLI, CARPINI & KEETER, 1996).

Em geral, as pessoas precisam ser adequadamente informadas sobre assuntos públicos a fim de manter a capacidade de exigir responsabilização. Elas precisam ser plenamente informadas a fim de identificar tanto seu interesse próprio quanto o interesse público em geral. Elas poderão exercitar melhor um julgamento independente e resistir à manipulação por apelos emocionais e fatos seletivos quando munidos de um bom jornalismo. Uma democracia saudável precisa ter uma boa informação tanto quanto entretenimento.

NOTAS

- 1 Este ensaio é baseado na palestra de abertura apresentada na Conferência Anual da Associação Brasileira de Estudos de Jornalismo, em 4 de novembro de 2015, em Campo Grande
- 2 Estes temas são desenvolvidos mais plenamente em Curran (2011).
- 3 Para um bom exemplo da comédia de stand-up chinesa, assista <http://www.youtube.com/watch?v=iailMSUVenA> (acessado em 15 de agosto de 2011).
- 4 Sex and the City, “Tempo e Castigo”, Temporada 4, 2001.
- 5 Para obter uma explicação mais completa, consulte Curran (2011).

REFERÊNCIAS

AALBERG, T.; CURRAN, J. (Orgs.). **How Media Inform Democracy**. London: Routledge, 2012.

AALBERG, T. et al. International TV News, Foreign Affairs Interest and Public Knowledge. **Journalism Studies**, 14 (3), p. 387-406, 2013.

AFRICA Stats. In: INTERNET WORLD STATS – IWS. **Base de Dados**. 2015a. Disponível em: < <http://www.internetworldstats.com/stats1.htm>>. Acesso em: 10 Ago. 2016.

ASIA Stats. In: INTERNET WORLD STATS – IWS. **Base de Dados**. 2015b. Disponível em: < <http://www.internetworldstats.com/stats3.htm>>. Acesso em: 10 Ago. 2016.

COHEN, A. Where in the World is the Global Village?. In: A. Cohen (Org.). **Foreign News on Television**. New York: Peter Lang, 2013, p. 129-150.

CURRAN, J. **Media and Democracy**. London: Routledge, 2011.

CURRAN, J.; IYENGAR, S.; LUND, A.; SALOVAARA-MORING, I. Media Reporting, Public Knowledge and Democracy: A Comparative Study. **European Journal of Communication**, 24 (1), p. 5-26, 2009.

J. CURRAN, J., COEN, S., AALBERG, T.; SHANTO, I. News Content, Media Consumption and Current Affairs Knowledge. In: T. Aalberg & J. Curran (Orgs.). **How Media Inform Democracy**. London: Routledge, 2012, pp. 81-97.

CURRAN, J et al. Reconsidering “Virtuous Circle” and “Media Malaise” Theories of the Media: An 11-Nation Study. **Journalism**, 15 (7), p. 815-833, 2014.

CURRAN, J.; FENTON, N.; FREEDMAN, D. **Misunderstanding the Internet**. 2. Ed. London: Routledge, 2016.

DELLI CARPINI, M.; KEETER, S. **What Americans Know and Why It Matters**. New Haven: Yale University Press, 1996.

DI GENARRO, C.; DUTTON, W. The Internet and the Public: Online and Offline Political Participation in the United Kingdom. **Parliamentary Affairs**, 59 (2), p. 299-313, 2006.

ELMER-DEWITT, P. Battle for the Soul of the Internet. *Time*, 144 (4), p. 50-57, 1994.

ESSER, F.; STROMBACK, J. (Orgs.) **Mediatization of Politics**. Biggleswade: Palgrave Macmillan, 2014.

GROSSMAN, L. **The Electronic Republic: Reshaping Democracy in the Information Age**. New York: Viking, 1995.

JURIS, J. Reflections on #Occupy Everywhere: Social Media, Public Space, and Emerging Logics of Aggregation. **American Ethnologist**, 39(2), p. 259-279, 2012.

KOHUT, A.; DOHERTY, C.; DIMOCK, M.; KEETER, S. In Changing News Landscape, even Television is Vulnerable. **Pew Internet & American Life Project**, 2012. Disponível: <http://www.people-press.org/2012/09/27/in-changing-news-landscape-even-television-is-vulnerable/>. Acesso em: 30 Mai. 2015.

MIDDLE EAST Stats. In: INTERNET WORLD STATS – IWS. **Base de Dados**. 2015c. Disponível em: < <http://www.internetworldstats.com/stats5.htm>>. Acesso em: 10 Ago. 2016.

NEWMAN, N.; LEVY, D. Reuters Institute Digital News Report 2014: Tracking the Future of News?. **Reuters Institute for the Study of Journalism**. University of Oxford, 2014. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/Reuters%20Institute%20Digital%20News%20Report%202014.pdf>. Acesso em: 10 Jun. 2015.

NIELSEN, R.; SCHRØDER, K. The Relative Importance of Social Media for Accessing, Finding, and Engaging with News. **Digital Journalism**, 2(4), p. 472-489, 2014.

POSTER, M. **What's the Matter with the Internet**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.

REDDEN, J.; WITSCHGE, T. A New News Order? Online News Content Examined. In: N. Fenton (Org.). **New Media, Old News**. London: Sage, 2010, p. 171-186.

SCHUDSON, M. **The Good Citizen**. New York: Simon and Schuster, 1998.

SCHWARTZ, E. Power to the People: The Clinton Administration is Using the Net in a Pitched Effort to Perform an End Run Around the Media. **Wired**, 1 January, 1994. Disponível em: http://www.wired.com/wired/archive/2.12/whitehouse_pr.html. Acesso em: 10 Jan. 2010.

SEYBERT, H.; REINECKE, P. Internet Use Statistics – Individuals. **Statistics in Focus, Eurostat, European Commission**, 2013. Disponível em: http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Internet_use_statistics_-_individuals. Acesso em: 31 de Mai. 2015.

SMITH, A. Civic Engagement in the Digital Age. **Pew Research Center**, 2013. Disponível em: <http://pewinter-net.org/Reports/2013/Civic-Engagement.aspx>. Acesso em 1 Jun. 2015.

SOROKA, S. et al. Auntie Knows Best? Public Broadcasting and Public Affairs Knowledge. **British Journal of Political Science**, 43 (4), p. 719-739, 2013.

TIFFEN, R. et al. Sources in the News: A Comparative Study. **Journalism Studies**, 15 (4), p. 374-391, 2014.

ZALLER, J. **The Nature and Origins of Public Opinion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

James Curran é professor de Comunicação no Goldsmiths, University of London. Escreveu ou editou 22 livros sobre mídia, alguns em colaboração com outros pesquisadores. Seu último livro, *Misunderstanding the Internet* (com Natalie Fenton e Des Freedman), Routledge, 2012, foi financiado pelo fundo de pesquisa Leverhulme. Seus trabalhos abordam duas áreas de interesse correlatas: história da mídia e economia política da mídia.

RECEBIDO EM: 04/01/2016 | ACEITO EM: 12/02/2016